

Um passo à frente na Consulta Popular

Sumário

Apresentação

Um projeto popular para o Brasil

A necessidade do projeto

A viabilidade do projeto

Os compromissos do projeto

Os contornos da nova década

Características novas do Brasil

As três grandes propostas para o país

O que é alterar o sistema de poder?

O dilema da esquerda

O papel da Consulta Popular

Nossa força e nossas fraquezas

Esboço de um programa de trabalho

Apresentação

A Secretaria Nacional da Consulta Popular entrega aos militantes e amigos do nosso movimento, bem como a todos os brasileiros interessados em mudar o país, o texto-base que deverá ser debatido nos encontros, cursos e assembleias previstos para todos os estados. Ele traz uma síntese da nossa proposta, um balanço da situação atual, uma interpretação do papel da Consulta e de suas relações com as demais forças populares, e um esboço de programa de trabalho. É um documento importante, também preparatório da Assembleia Nacional prevista para o fim deste ano.

A Consulta Popular tornou-se uma realidade nacional. Reúne milhares de lutadores e lutadoras do povo de todos os estados. É uma força em ascensão, que tem aumentado seu enraizamento na base da sociedade brasileira. Deve isso ao seu esforço de recuperação da dignidade da militância, aos seus firmes compromissos com o povo, à clareza de seus princípios, à coerência entre discurso e prática, e à formulação clara dos elementos fundamentais de um novo projeto para o Brasil. É um sinal de que a “crise da esquerda”, tão alardeada, começa a ser superada.

Muito chão temos ainda pela frente, a caminhada é longa. Mas já temos bússola, conhecemos o caminho que devemos trilhar e temos demonstrado coragem para enfrentar os desafios que ele nos traz. Isso é o mais importante.

Que esta cartilha sirva para formar mais multiplicadores do Projeto Popular para o Brasil. Que esses multiplicadores renovem sua clareza e sua energia. Que se somem a outros, na consolidação de

uma ampla rede de militância capaz de impulsionar as mudanças de que o Brasil necessita.

Pátria livre, venceremos!

Secretaria Nacional

Maio de 2000

I.

Cada vez mais, nossos militantes se referem à necessidade de um projeto popular para o Brasil. Têm toda razão. Mas esta não é uma expressão tão simples quanto parece à primeira vista. Quando juntamos as palavras projeto, popular e Brasil, estamos adotando um ponto de vista que remete, pelo menos, a três questões iniciais que devem ser esclarecidas.

A primeira: **nossa sociedade necessita mesmo de um projeto?**

O pensamento hoje predominante, chamado neoliberal, afirma que não. Ele diz que a construção do futuro deve ser comandada por um mecanismo considerado automático, impessoal e neutro — o mercado —, definido por suas regras e não pelos efeitos que deverá produzir. No mercado, segundo essa visão, se encontram incontáveis agentes econômicos que compram e vendem bens e serviços uns para os outros, sem que ninguém controle o processo e possa prever seu resultado. Por isso, os neoliberais são hostis à idéia de um projeto. Afirmam que o Estado deve cuidar apenas de que as regras funcionem bem (daí a idéia de um “Estado mínimo”). A sociedade não deve

estabelecer metas, nem construir instituições voltadas para atingi-las, pois isso resulta em interferir no funcionamento da “mão invisível” do mercado, que deve sempre prevalecer.

Nós, ao contrário, defendemos a construção de um projeto. Achamos que, em cada momento, a sociedade deve definir conscientemente seus objetivos mais importantes e organizar-se para atingi-los. Afinal, a principal característica do ser humano, em oposição aos outros seres vivos, é exatamente sua capacidade de imaginar o futuro e agir para construí-lo. Ninguém começa a levantar uma parede se não tiver no papel, ou pelo menos na cabeça, a imagem da casa que quer fazer. Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma idéia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas.

A posição dos neoliberais seria ridícula e insustentável se, de fato, pretendesse eliminar essa característica essencial da existência humana. Mas, observando-se tudo mais de perto, verifica-se que, na verdade, eles pretendem outra coisa. São contra que as sociedades tenham projetos, estabeleçam metas e se organizem para atingi-las, mas apóiam firmemente que as empresas capitalistas atuem dessa forma. Uma empresa desorganizada, que não defina suas estratégias e não saiba onde quer chegar, não tem chances de sobreviver no mercado. No âmbito interno das empresas privadas, os neoliberais defendem a máxima organização, a hierarquia e o esforço consciente para perseguir objetivos claros. Daí a importância que dão a formar bons executivos, administradores, engenheiros de produção, chefes e capatazes.

Assim, não é verdade que os neoliberais sejam contra toda e qualquer construção consciente do futuro, na forma de projetos. O que eles defendem é uma sociedade em que só os capitalistas possam, legitimamente, definir suas metas (que se resumem a uma só: ganhar mais dinheiro) e construir suas instituições (as empresas) capazes de atingi-las. Se os agentes sociais não capitalistas também organizam projetos claros (escola para todos, segurança alimentar ou direito ao trabalho, por exemplo) e criam instituições fortes para levá-los adiante (entidades públicas, movimentos, sindicatos), isso atrapalha as metas dos capitalistas.

Fica claro, portanto, o seguinte: nós defendemos que a sociedade, como um todo, deve construir um projeto que organize o uso de sua capacidade criativa e produtiva, tendo em vista atingir um futuro desejado. Os neoliberais defendem que só os capitalistas devem ter esse direito.

Essa diferença se expressa também no debate sobre a distribuição do poder. As instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser públicas, coletivas e democráticas. As instituições dos capitalistas são privadas e organizadas de forma autoritária. Dependendo da força de cada proposta, um tipo de instituição predomina sobre a outra na organização da nossa vida em comum.

* * *

Vamos à segunda questão: **por que esse projeto deve ser popular?**

Imaginemos uma situação absurda: todos os latifundiários resolvem subitamente deixar o Brasil. Embarcam numa frota de navios e vão embora. Tentemos responder à seguinte pergunta: poderia a nossa sociedade viver sem eles?

Imaginemos mais: uma frota um pouco maior leva também os banqueiros, ou os especuladores do mercado financeiro, ou os que vivem de altas rendas, de comissões e intermediações. Poderia o Brasil viver sem eles?

Por intuição, respondemos firmemente que sim. Devidamente reorganizada, nossa sociedade viveria muito bem sem a presença desses grupos sociais.

Imaginemos agora outra situação, igualmente absurda. A frota de navios deixa aqui os latifundiários e leva embora os trabalhadores rurais, aqueles que lavram a terra. Poderia a nossa sociedade viver sem eles?

De novo, vamos generalizar um pouco. E se desaparecem, por exemplo, todos os mecânicos? Ou os professores, os faxineiros, os médicos, os motoristas, os engenheiros, os operários, os artistas? Poderia a sociedade continuar a funcionar?

Desta vez, ainda por intuição, respondemos firmemente que não. Quem plantaria o nosso alimento? Quem consertaria as máquinas? Quem garantiria a transmissão do conhecimento para as novas gerações? E a limpeza, o cuidado com os doentes, os transportes, a construção de prédios e pontes, a fabricação das roupas, a criação de livros e músicas — quem cuidaria dessas atividades essenciais?

A diferença entre esses dois grandes grupos — latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros, de um lado; agricultores, mecânicos, médicos, professores, artistas, etc., de outro — é que o primeiro grupo, que é minoria, existe porque comanda o trabalho dos demais; o segundo grupo, que é maioria, vive, ele mesmo, dentro do mundo do trabalho. Esse comando, a que nos referimos, decorre do controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos.

Estabelecem-se relações de poder: se uns comandam, outros são comandados. Se a minoria detém o poder, a sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade, mas da desigualdade e da hierarquia, que freqüentemente descamba para a exclusão e a repressão.

Além disso, os capitalistas nunca estão satisfeitos com o que têm. Querem sempre acumular mais. Sua sede de riqueza não tem nada a ver com suas próprias necessidades como seres humanos, ou com as necessidades de suas famílias, nem com o valor de uso das coisas (para a vida de qualquer pessoa, que diferença há entre ter R\$ 10 milhões ou R\$ 50 milhões na conta bancária?). Essa ganância, essa necessidade de ter sempre mais, provoca uma tendência à concentração, em poucas mãos, da riqueza produzida pela sociedade: se uns têm muito, muitos terão pouco.

Os grupos que vivem no mundo do trabalho e da cultura, ao contrário, podem estabelecer entre si relações de solidariedade, pois suas atividades são úteis, necessárias e complementares: o agricultor planta o alimento que o professor come; o professor

ensina o filho do mestre-de-obras a ler e escrever; o mestre-de-obras constrói uma fábrica, onde os metalúrgicos produzem o trator de que o agricultor necessita — e assim por diante. Todos juntos, eles formam o povo trabalhador.

O povo também quer ganhar mais dinheiro e melhorar de vida, mas dentro de uma escala humana, ligada ao valor de uso das coisas. Quer uma comida melhor, uma casa mais espaçosa, um cobertor para o inverno, uma bola de futebol para o jogo do fim de semana. Quem valoriza o uso das coisas não precisa gastar sua vida acumulando cada vez mais riqueza, retirando a oportunidade dos outros (ninguém precisa acumular um número cada vez maior de cobertores ou de bolas de futebol...). Além disso, o povo sabe que as melhoras no seu padrão de vida não vêm de repente, numa jogada de negócios. Elas dependem do trabalho.

Quando dizemos que o nosso projeto é popular, queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura, que, como vimos, são a imensa maioria. Só assim a solidariedade, em vez do egoísmo, pode passar a ser o princípio organizador da nossa vida em comum.

* * *

III.

Chegamos à terceira questão. Falamos de um Projeto Popular para o Brasil. **Qual o sentido do destaque dado ao Brasil?** Muitos companheiros perguntam: não somos internacionalistas? Que

diferença há entre um ser humano nascido aqui, na Austrália ou na Nigéria?

Em termos de sua dignidade, de sua capacidade, de seu potencial criador e de seus direitos, não há diferença nenhuma. Somos irmãos. Queremos um mundo em que todos tenham lugar. Mas a luta por esse mundo é um processo histórico longo, que exige não apenas a mobilização de indivíduos, mas de coletividades.

Os seres humanos se organizam em diferentes tipos de coletividades, ou comunidades, de todos os tamanhos, objetivos e regras. Podemos definir uma infinidade delas, conforme os critérios que queiramos adotar. Meus vizinhos formam uma comunidade, assim como os habitantes do meu bairro ou da minha cidade; os latino-americanos também podem ser pensados como uma comunidade, que aliás pode ser ampliada um pouco mais, incluindo-se portugueses e espanhóis, para abranger os ibero-americanos. Também podemos pensar infinitas comunidades de outros tipos (os operários metalúrgicos, os católicos, os idosos, os vegetarianos, os torcedores do Flamengo) e até mesmo as mais gerais (os seres humanos, os seres vivos). Do ponto de vista do respeito aos direitos, devemos levar em conta até mesmo comunidades que não existem, como, por exemplo, a dos que ainda vão nascer.

O projeto popular propõe uma reorganização profunda da sociedade. É obra de muita gente junta, disposta a lutar por um ideal de justiça. Surge então a pergunta: que comunidades são capazes de produzir essa reorganização? Nem todas. Vejamos alguns exemplos. A comunidade dos meus vizinhos, ou dos habitantes da minha cidade, é pequena demais para isso. Sua

capacidade de organização e de luta não dá conta da tarefa de produzir uma mudança desse porte. A comunidade dos católicos, por sua vez, exclui milhões de pessoas igualmente interessadas na mudança, e cuja participação é imprescindível. Já a comunidade de todos os seres humanos é grande demais e, neste momento histórico, está muito marcada por divisões de todo tipo, que têm raízes antigas e profundas. Infelizmente, não é viável esperar uma mudança que dependa de mobilizarmos, em uma mesma direção e em um mesmo momento, os seres humanos do mundo inteiro.

Precisamos encontrar uma comunidade suficientemente grande, para ser capaz de incluir todos os interessados na mudança; suficientemente forte, para produzir transformações históricas profundas; suficientemente coesa, para que nela se organize uma ação política eficaz, que impulsione um processo real, e não fique restrita a discursos e declarações de intenção; suficientemente evidente, para que seus integrantes percebam com clareza que, apesar de sua diversidade, compartilham um mesmo destino e têm objetivos comuns; suficientemente sólida, para que não desmorone diante das dificuldades inerentes ao processo de mudança.

Na história contemporânea, essas comunidades freqüentemente ganham a forma de nações. É justamente o nosso caso. Nosso projeto só é viável porque existe o povo brasileiro, um imenso contingente humano que se considera unido por uma história, uma herança cultural, uma língua, um espaço geográfico, instituições políticas, problemas e potencialidades comuns. Reconhecendo claramente que está ligado pelo passado e pelo futuro, esse contingente humano pode, de fato, se juntar e se colocar em movimento para atingir objetivos ousados (a idéia de

que cada um de nós também compartilha o mesmo futuro de um australiano, embora não deixe de ser verdadeira, é muito abstrata para a grande maioria das pessoas).

Se quisermos, de um lado, mudar as realidades locais e, de outro, influir no futuro da humanidade, então temos de mudar o Brasil. Dando as mãos, é claro, aos australianos que lutam para mudar a Austrália, aos nigerianos que querem mudar a Nigéria e, antes de tudo, aos nossos vizinhos latino-americanos, cujas raízes históricas, cuja geografia e cujo futuro imediato estão mais perto de nós.

* * *

IV.

Por tudo o que vimos, parece justo que a sociedade deve ter um projeto, ou seja, uma imagem do futuro que deseja construir e uma idéia do caminho que deve trilhar. Que esse projeto deve ser popular, ou seja, conduzido pelos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura. E que seu espaço preferencial de formulação e de ação política, em nosso caso, é o Brasil. Um projeto popular para o Brasil.

Isso não esgota as perguntas. Logo aparecem mais duas. A primeira: **esse projeto popular é necessário?**

Sim, mais do que nunca. O Brasil vive uma crise grave. A economia está estagnada; a agricultura familiar, falida; o desemprego, imenso; a violência, crescente; as zonas rurais, esvaziadas; as cidades, inchadas; as periferias, em guerra; os idosos, humilhados; pais e mães de família, sem sossego; a juventude, sem perspectivas; os serviços essenciais, como

educação e saúde, cada vez piores; a cultura, entregue a xuxas, gugus, leões e ratinhos.

A maioria dos brasileiros vive com medo da própria vida. Estarei empregado amanhã? Terei uma casa? Serei assaltado? Haverá comida na mesa? Meu filho e minha filha terão oportunidades? Pagarei a prestação deste mês? Se ficar doente, onde encontrarei tratamento? Como será minha velhice? O Estado e a lei me protegem? Que direitos tenho, de fato?

São perguntas que todos fazem a si mesmos, numa sociedade que dissemina a insegurança e a incerteza. Todos sabem que algo precisa ser feito para mudar essa vida, mas não sabem o quê. Por isso o Brasil está em crise: seu povo sabe que precisa mudar, mas não sabe como mudar, ou para onde mudar.

Não é uma crise simples, de natureza apenas econômica. É uma crise que questiona o nosso futuro. Se prestarmos atenção ao discurso das elites, veremos que elas estão dizendo, todo o tempo, que o Brasil não tem mais sentido nenhum: nosso povo, nossa língua, nossa cultura, nossos produtos são de segunda categoria. Por isso, elas dizem que estão globalizadas. Acham que não vale mais a pena continuar a construir uma nação. O próprio presidente da República tem-se referido ao Brasil como um “mercado emergente”, como se não fôssemos mais um país. A expressão não é inocente: mercado é lugar de competição, onde ganham os mais fortes. Não é lugar de cidadania.

Os ricos, cada vez mais ricos, adotam padrões culturais e de consumo importados de fora. Desligam cada vez mais seu padrão de vida, seus valores e sua própria idéia de futuro, dos padrões, valores e futuro do país como um todo. A maioria fica condenada a uma vida sem perspectivas. No curto prazo, isso aumenta o

sentimento de insegurança e de crise. No longo prazo, as conseqüências são imprevisíveis. Abrindo mão de ter um projeto próprio, articulado por um Estado nacional forte e legítimo, nossa sociedade é levada a aprofundar dramaticamente duas antigas características: a dependência econômica externa e a desigualdade social interna.

Além disso, o modelo atual condena o Brasil a funcionar muito abaixo do seu potencial. Temos fartura de terras férteis, mas deixamos que o latifúndio improdutivo tome conta delas. Temos uma população jovem, desejosa de trabalho, mas mantemos desempregado um brasileiro em cada grupo de cinco. Temos o maior parque industrial do Terceiro Mundo, mas está parada uma máquina em cada grupo de quatro. Temos um Estado que criou instituições importantes e empresas modernas, agora sucateadas ou vendidas a preço de banana para pagar juros aos banqueiros. Temos o maior estoque de vida do planeta e as maiores reservas de água doce, nosso território recebe sol o ano inteiro, mas quase não investimos em pesquisas científicas que poderiam nos levar a aproveitar melhor tudo isso. “Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser”, disse recentemente Celso Furtado.

O Brasil está vivendo uma crise profunda, que questiona sua própria identidade diante de si e do mundo. O que, afinal, queremos ser? — eis a questão. Uma sociedade organizada, com direitos e deveres, ou uma multidão de pessoas atiradas a uma situação de “salve-se quem puder”? Uma nação soberana, capaz de definir seu caminho, ou uma terra de ninguém, de cabeça baixa, sem rumo próprio? Nossa vida e a vida dos nossos filhos devem ter um horizonte amplo, seguro e aberto, ou devem ser

marcadas pela incerteza e a insegurança crescentes? Seremos solidários uns com os outros, ou seremos os lobos de nós mesmos?

Numa palavra, o Brasil tem sentido?

Nós dizemos que sim. Para recuperar esse sentido perdido, o projeto popular é necessário. Pois, se os ricos brasileiros podem comprar o bilhete de entrada para a farra da globalização, nosso povo não pode. Não tem dinheiro aplicado no mercado financeiro ou nas bolsas de valores pelo mundo afora, não é sócio nem representante de grandes empresas, não ganha comissões nas negociatas, não fala inglês, não manda seus filhos estudarem lá fora.

O presente e o futuro do nosso povo depende do que acontece aqui. Por isso, é o povo — e não as elites — que vai reinventar o sentido do Brasil e expressar isso na forma de um projeto. O povo precisa que o sentimento de comunidade prevaleça, que as instituições públicas se fortaleçam, que a cidadania desabroche e que a economia brasileira se desenvolva, multiplicando produção, empregos e oportunidades. Portador de necessidades simples, ele não precisa desse tipo de modernização que se baseia na difusão, para poucos, de altos padrões de consumo, ao preço da desagregação social. Sem expectativas de enriquecimento rápido e ilimitado, pode dispensar a atração do capital financeiro internacional, especulativo e vagabundo, que não serve para plantar um pé de alface ou produzir um parafuso, mas fascina nossas elites.

Mais ainda: o povo brasileiro — que se esforça, que se vira, que se ajuda, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho, que reaprende todos os dias a sobreviver, que

insiste em estudar, que inventa —, o povo é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão nossas reservas humanas mais importantes — de disposição para o trabalho e para superar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria.

* * *

V.

Muito bem, o projeto popular é necessário, pois só o povo pode tirar o Brasil da crise. **Mas, esse projeto é viável?**

A resposta também é sim. Nos últimos anos, temos sido bombardeados com mensagens negativas sobre nós mesmos e uma exaltação de tudo o que vem dos países ricos. É fácil descobrir por quê. Quem quer desconstruir uma nação precisa, antes de tudo, quebrar sua auto-estima, sua confiança em si mesma. A destruição da escola pública e o controle dos meios de comunicação de massas pelas elites desempenham nisso um papel decisivo. Em vez de cultura, vulgaridade; em vez de interação humana, isolamento; em vez de estímulo à iniciativa, passividade; em vez de esperança, cinismo; em vez de cidadania, consumo; em vez de responsabilidade, esperteza. Em vez de Pixinguinha, É o Tchan; em vez de Machado de Assis, livros de auto-ajuda. Em vez de valorizar as pessoas, invejar as mercadorias.

Na política, pedem que nos orgulhemos de uma democracia sem cidadania, sem participação, impotente para alterar injustiças flagrantes. Os marqueteiros e o poder econômico ganham

eleições, enquanto os políticos se dedicam a governar a si próprios. Nunca o Estado brasileiro esteve tão controlado por máfias. Na economia, pedem que comemoremos a segunda década perdida, o crescimento zero em 1998 e em 1999, uma enxurrada de capital estrangeiro que vem aqui para ganhar juros de agiota ou comprar um país barato, um desemprego de 20%, um ajuste fiscal construído com o corte dos salários e dos serviços essenciais, para fazer pagamentos em dia aos banqueiros daqui e de fora.

É o Brasil que nos mostram. O Brasil verdadeiro, no entanto, continua cheio de potencialidades. Tem uma população jovem, com presença marcante de pessoas habituadas à produção moderna. Técnicos, em todas as profissões, em bom número. Grande mercado interno ainda inexplorado. Um parque industrial articulado e quase completo. Agricultura capaz de responder com rapidez a estímulos adequados. Vasto espaço geográfico, recheado de terra fértil e de recursos de todos os tipos. Instituições científicas de boa tradição. Imensa capacidade de criação cultural. Posição de liderança no continente em que está.

Inviável é o modelo das elites, não o Brasil.

* * *

VI.

Quais são os compromissos fundantes do projeto popular para o Brasil?

Nenhum projeto nacional pode construir-se aqui, com autenticidade, tendo como base ambições expansionistas (pois, quanto ao território, o que desejamos é apenas a preservação das nossas fronteiras), sectarismos religiosos (pois o nosso catolicismo

majoritário não tem caráter exclusivista e militante) ou idéias de superioridade de qualquer tipo, muito menos racial (pois nossa afirmação só pode basear-se no orgulho da mistura). Não somos divididos internamente por ódios, nem somos hostis a nenhum outro povo.

Haverá quem estranhe a menção a características que nos parecem tão naturais. Mas, basta olhar para o que ocorreu no mundo no século XX, e tem ocorrido ainda hoje, para que valorizemos a inviabilidade, entre nós, dessas formas degradantes de elaboração de identidades. A identidade dos brasileiros não pode ter como base uma vocação imperial, o preconceito, a segregação, a religião, a raça. Ela só pode ser construída no terreno da cultura. Vejamos por quê.

Ao longo da nossa história, realizamos uma grande façanha: apesar de moldado por contribuições de quase todos os povos da Terra — a começar pelos povos indígenas que já estavam aqui há milhares de anos —, o conjunto humano brasileiro é essencialmente uno. Depois de vários séculos de sofrida história comum, marcada muitas vezes pela dominação mais cruel, nenhum grupo pode se definir como puro, nem como centro, nem como portador de uma lealdade étnica ou cultural extranacional. Todos foram se “abrasileirando”. Apesar das enormes limitações ao avanço da prática democrática no nível das instituições formais, nossa história nos legou uma sociedade cheia de potencial para construir uma cultura de síntese, com fortes raízes, mas aberta a influências e propensa ao pluralismo, à mudança e à construção de uma modernidade mais humana. Aí está a nossa maior força.

Mas a mesma história nos legou também um grande fracasso: esse conjunto humano em processo de formação, esse povo novo, ainda não se transformou em um povo de cidadãos. Não assumiu o pleno controle de sua própria nação, e por isso não foi capaz de construir uma sociedade que lhe permita desenvolver suas potencialidades. Nascemos como uma colônia, sem autonomia, e permanecemos divididos em senhores e escravos até pouco mais de quatro gerações atrás. A construção do Brasil moderno foi feita sob controle das velhas elites. Por isso, não rompeu com as características mais reacionárias da ideologia e das relações sociais herdadas do passado colonial e escravista. A dependência externa e a desigualdade interna permaneceram como marcas profundas da nossa sociedade.

A maior força do Brasil é seu povo, portador de unidade e rico em diversidade. A maior fraqueza é que esse povo ainda não se organizou com autonomia, de modo a controlar seu próprio destino. O projeto popular pretende dar esse passo, abrindo uma fase histórica nova. Para isso, a sociedade brasileira deve assumir consigo mesma, desde já, cinco compromissos essenciais, que serão os compromissos fundantes do seu novo projeto.

(a) **O compromisso com a soberania.** Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, rompendo com a dependência externa e dando ao Brasil um grau suficiente de autonomia decisória.

(b) **O compromisso com a solidariedade.** Ele diz que a continuidade da construção nacional deve se dar em novas bases, tendo em vista a tarefa de edificar uma nação de cidadãos. A reorganização das instituições e do esforço produtivo da sociedade deve ter uma prioridade clara: eliminar a exclusão social e a

desigualdade na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura.

(c) **O compromisso com o desenvolvimento.** Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica, dizendo que mobilizaremos todos os nossos recursos produtivos e não aceitaremos mais a imposição de políticas que nos impeçam de usar o nosso potencial.

(d) **O compromisso com a sustentabilidade.** Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de buscarmos um novo estilo de desenvolvimento, que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis.

(e) **O compromisso com a democracia popular.** Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas, de modo que a sociedade possa efetivamente controlar os centros de decisão e poder.

Esses cinco compromissos são solidários entre si. Formam uma unidade indissolúvel. São o ponto de referência para todas as decisões que tivermos de tomar.

* * *

VII.

Qual o nosso ponto de partida para desenvolver esse projeto?

A década que agora se inicia será muito diferente da anterior, em termos da luta política e social no Brasil. Fechamos em 1999 a segunda década perdida consecutiva na economia brasileira. A primeira delas — a de 1980 — havia sido marcada pela crise da

dívida externa, que desequilibrou profundamente o Estado brasileiro e logo se desdobrou em uma crise inflacionária prolongada e grave. A segunda — a de 1990 —, paradoxalmente, se iniciou com a renegociação dessa mesma dívida externa. Feito isso, o Brasil pôde voltar a receber grandes somas de recursos do exterior, o que permitiu o controle da inflação. Esse controle ajudou a legitimar, em um primeiro momento, a firme adesão do governo brasileiro ao projeto neoliberal patrocinado pelas instituições mais importantes do mundo capitalista. Todos se lembram do discurso otimista e até arrogante que as elites logo adotaram. Tomando um determinado conjunto de medidas — a abertura comercial, as privatizações, a desregulamentação do sistema financeiro, a chamada “reforma do Estado”, etc —, o país experimentaria uma espécie de via rápida na direção do chamado Primeiro Mundo. Quem discordava disso era logo desqualificado. O debate foi sufocado.

Não vamos examinar essas medidas aqui, uma a uma. De forma resumida, basta dizer que os neoliberais definiram para si duas grandes tarefas. A primeira: desmontar a forma como a economia brasileira funcionava até então. A segunda: remontar uma outra maneira dela funcionar. Podemos dizer hoje, sem hesitação, que eles obtiveram um grande êxito em sua primeira tarefa e um espetacular fracasso na segunda: desmontaram a “velha” economia, mas não remontaram, em seu lugar, uma outra economia viável. O Estado, que durante várias décadas comandou os conglomerados estratégicos da economia brasileira e investiu em infra-estrutura, foi sucateado e gasta hoje parcela crescente de sua receita em juros aos bancos, tornando-se refém do sistema financeiro; as empresas multinacionais quase não investem mais

em criação de capacidade nova, seja porque agora o mercado brasileiro está aberto, sendo mais atraente importar, seja porque se tornou muito lucrativo comprar instalações já existentes, privadas ou públicas; o setor privado nacional, por sua vez, controla setores que enfrentam prolongada crise (como a agricultura) ou estão em processo de rápida desnacionalização (como os bancos).

Nenhum agente comanda mais o investimento em grande escala, de modo que o sistema econômico brasileiro assumiu uma configuração que não é favorável ao desenvolvimento. Podem haver modernizações em certos setores e até mesmo momentos de crescimento, como houve nas décadas de 1980 e 1990, mas tudo indica que estamos iniciando uma nova década perdida, que será, em seqüência, a terceira. A quantidade de problemas acumulados é tão grande, que nem devemos falar de uma crise, mas de uma superposição de crises: crise social (cuja expressão mais chocante é a estabilização do desemprego em torno de 20%), crise do Estado (cada vez mais endividado), crise da Federação (com estados e municípios também enfrentando dificuldades crescentes), crise do setor produtivo-real (que se expressa nas baixas taxas de crescimento), crise nas contas externas (que nunca foram tão desequilibradas), crise ideológica das elites (com a proliferação de máfias, o apodrecimento de instituições e o fortalecimento de uma burguesia-parasita que vive de intermediações e negociatas).

* * *

VIII.

Que características novas estão presentes no Brasil?

Aqui, assim como no restante da América Latina, o modelo neoliberal fracassou. A década que se inicia será marcada pela busca de alternativas. Ninguém é capaz de prever o que virá pela frente, pois o Brasil que mergulha nessa crise profunda é um país muito mudado — e muito desconhecido. É como um quebra-cabeças que ninguém ainda montou. Peças isoladas, ou encaixadas em pequenos grupos, nos trazem fragmentos de informação, mas não temos uma nítida imagem de todo o conjunto. Três mudanças estruturais mais ou menos recentes parecem ser especialmente importantes, por suas implicações para o nosso futuro próximo.

À primeira, já nos referimos, sem nomeá-la. Trata-se do seguinte: durante a maior parte do século XX, o Brasil foi uma economia capitalista dependente, desigual, geradora de pobreza, concentradora de renda e de propriedade, porém foi também, ao mesmo tempo, uma economia muito dinâmica. Nossa capacidade produtiva cresceu 7% ao ano, em média, durante cinquenta anos. Hoje, somos uma economia capitalista dependente, desigual, geradora de pobreza, concentradora de renda e de propriedade... e de baixo crescimento. Ficamos com o que havia de ruim, perdemos o que havia de melhor. Nesse sentido, a própria expressão “década(s) perdida(s)”, que usamos acima, talvez seja equivocada. O que ocorreu nos vinte últimos anos não foi a perda de duas décadas por parte de uma economia que permanece potencialmente dinâmica, mas sim — mantida a configuração capitalista e dependente — a transição para uma outra situação estrutural. **Nos tornamos uma economia de baixo crescimento.** Isso tem dupla consequência. A primeira é que os

setores e regiões modernos deixaram de absorver trabalhadores dos setores e regiões atrasados, como faziam antes, e passaram a expulsar trabalhadores. Inverteu-se assim a trajetória que foi típica da população brasileira no século XX. O dado estatístico mais chocante, a esse respeito, é aquele que mostra que em 1999 a indústria brasileira empregava 48% menos trabalhadores que em 1990. Em dez anos, quase a metade dos nossos operários industriais foram remetidos de volta aos serviços (em geral, de baixa qualificação), ao desemprego, à economia informal, às áreas deprimidas ou às regiões atrasadas. Isso nos leva à segunda consequência: está cada vez mais difícil “se virar” neste país. Pois se a “locomotiva” (ou seja, o núcleo capitalista moderno) anda devagar, os “vagões” (ou seja, o conjunto mais amplo de atividades alternativas) também perdem força. Essa transição estrutural — de economia dinâmica para economia de baixo crescimento — é muito importante, pois o grande dinamismo da economia brasileira até 1980 foi um fator decisivo para conferir relativa estabilidade a uma sociedade tão injusta e desigual como a nossa.

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou outra transição estrutural de largo alcance, paralela à primeira e que, como ela, também terá enorme influência sobre seu futuro. Em nossos 500 anos de história, durante 470 anos fomos um país cuja maioria da população estava no campo. O primeiro censo demográfico que mostrou um equilíbrio campo/cidade foi o de 1970. Neste ano 2000, estamos fazendo outro censo. Ele deve mostrar que entre 83% e 85% da nossa população já estão vivendo nas cidades. E mais: cerca de 40% da população total do país concentraram-se em apenas nove grandes aglomerados urbanos, as Regiões

Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém e Curitiba). Ou seja, no período recente da nossa história, **jogamos grandes contingentes humanos nas cidades**. Destacaremos só uma das muitas conseqüências disso. Famílias que vivem em um pedaço de terra, no campo, têm uma casa e, pelo menos uma roça e uma criação de animais. A relação direta com a natureza, em geral, lhes garante o mínimo essencial para sobreviver. Precisam de dinheiro para comprar aquilo que não conseguem produzir. Na cidade, a vida é muito diferente. Ninguém tem roça ou criação — e, freqüentemente, não se tem nem mesmo casa para morar. Essa família urbanizada precisa agora obter uma renda em dinheiro para cobrir *todas* as suas necessidades. Caso contrário, está à beira da miséria absoluta. Para a grande maioria, essa renda depende de um emprego.

Podemos apontar uma terceira transformação, que se soma às duas primeiras. Muitos estudos indicam que, até mais ou menos 1990, apesar de injusto como sempre foi, o Brasil contava com vários mecanismos que garantiam à sua população, na média, aquilo que os sociólogos chamam de mobilidade social ascendente. Ou seja, em 1950, 1960, 1970 ou 1980, um jovem casal brasileiro qualquer, representativo da nossa população, podia pensar o seguinte: “Nossa geração vive um pouco melhor que a geração dos nossos pais, e nós acreditamos que nossos filhos viverão um pouco melhor do que nós.” Ou então: “Temos acesso a mais bens e serviços que nossos pais, e acreditamos que nossos filhos terão acesso a mais do que nós.” Para isso, vários fatores se somavam: os setores modernos da economia, onde os salários tendem a ser maiores, absorviam força de trabalho;

chegou a existir em muitas regiões uma escola pública de qualidade razoável; a fronteira agrícola estava em expansão; o Estado aumentava sua oferta de serviços e contratava mais gente; e assim por diante. Na década de 1990, porém, todos esses mecanismos foram quebrados, e o resultado disso é que **represamos a mobilidade social**. No Brasil de hoje, os pobres não conseguem mais sair do lugar. Nem a oferta de trabalho, nem a possibilidade de estudo, nem o deslocamento no espaço abrem alternativas significativas. As periferias daquelas Regiões Metropolitanas, a que nos referimos, viraram grandes depósitos de pessoas sem perspectivas na vida.

Resumindo: no mesmo período histórico, o Brasil realizou mutações estruturais de largo alcance, cuja combinação aponta para graves contradições. Deixou de ser uma economia dinâmica e passou a ser uma economia de baixo crescimento, que não gera empregos. Urbanizou maciçamente sua população, que agora, mais do que nunca, precisa de empregos para sobreviver. Destruiu os caminhos abertos à mobilidade social, nos níveis (insuficientes) que já tivemos. **A crise do projeto neoliberal terá como pano de fundo essa crise maior, que questiona a estrutura do capitalismo brasileiro.**

Ninguém sabe como esse vulcão se comportará. Uma coisa, no entanto, podemos dizer. Contrariando as aparências e o pessimismo de muitos, **nunca o povo brasileiro ocupou uma posição potencialmente tão forte**. Essas multidões concentradas em grandes cidades, com acesso a informação e sem alternativas dentro do sistema atual são — em tamanha escala — um fenômeno novo em nossa história. Quando se levantarem, tudo tremerá. Elas estão, finalmente, aptas a demolir

o sistema de dominação, velho de 500 anos. Ensaíram mover-se três vezes num intervalo de apenas oito anos: em 1984, nas “diretas já”; em 1989, na primeira campanha presidencial depois do regime militar; em 1992, no *impeachment* de Collor. Ensaíram mover-se, mas ainda não aprenderam a caminhar firmemente sobre seus próprios pés, nem a levar até o fim suas demandas. Não entraram no palco para valer. Mas já podem entrar.

* * *

IX.

De que forma o projeto popular nos ajuda a olhar a luta política no Brasil atual?

Ajuda muito. Nos próximos anos, **três grandes propostas se enfrentarão no Brasil** (e, também na América Latina, sob outras formas). A primeira delas, que é o projeto de Fernando Henrique Cardoso e do Fundo Monetário Internacional, subordina ainda mais a economia brasileira à economia dos Estados Unidos. Tem sido muito rápida a desnacionalização de empresas brasileiras, privadas e públicas. As empresas estratégicas de base nacional têm sido vendidas e desmembradas, como já ocorreu com a Telebras, parte do sistema Eletrobras, a Companhia Vale do Rio Doce, a Embraer, a siderurgia, a petroquímica e a rede ferroviária. O mesmo está ocorrendo com o setor financeiro e poderá ocorrer com a Petrobras e o Banco do Brasil. A dívida externa mais do que dobrou. Se esse modelo for aprofundado, o Brasil vai acabar perdendo o controle sobre sua própria moeda (como já ocorreu com a Argentina e o Equador) e se inserindo na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que colocará o espaço econômico dos países latino-americanos dentro do espaço econômico dos

Estados Unidos (como já ocorreu com o México). É o retorno à situação de Colônia. Esse caminho passa também pela revisão de direitos trabalhistas e previdenciários que ainda restam e a adoção de reformas políticas que diminuam a participação popular e a influência do povo sobre os centros de poder (a proposta de implantação do parlamentarismo se encaixa nesse projeto). Ficaremos com uma sociedade mais dependente, mais dividida, vivendo sob uma democracia ainda mais restringida. Melhor seria dizer: uma casca de democracia, vazia por dentro.

A segunda proposta é defendida por aqueles que pedem alterações na política econômica, sob a forma de juros mais baixos, maiores incentivos aos setores produtivos, menor obsessão com a estabilidade monetária e assim por diante. É a parte mais visível da oposição, aquela que conta com maior espaço institucional e maior cobertura da imprensa. Vai de setores do PT a dissidentes do PSDB, e de setores da CUT até parte da Fiesp. Nos próximos anos, essa oposição, que não pensa seriamente em reverter as “reformas” já feitas pelo modelo neoliberal, pode transformar-se em uma alternativa para o próprio sistema dominante, como vem ocorrendo em outros países. Pois os centros de decisão mais importantes do capitalismo mundial — como o governo dos Estados Unidos, o Banco Mundial e o FMI — há muito tempo perceberam que o modelo neoliberal provoca grandes instabilidades nas economias e agrava a situação social. Sabem que o pêndulo não pode oscilar indefinidamente em uma mesma direção. Feitas as “reformas”, o próprio capitalismo passa a necessitar de políticas mais moderadas, que não questionem as novas regras do jogo, mas possam introduzir algumas mediações e

correções de rota. Ou seja, precisam de algumas mudanças na política econômica, sem no entanto alterar a essência do modelo.

Atualmente, a expressão pública mais clara dessa proposta tem sido a candidatura Ciro Gomes, embora, outras de menor peso também estejam nesse campo.

* * *

X.

Nos últimos vinte anos, diversas políticas econômicas foram experimentadas no Brasil. Porém, passados alguns momentos eventuais, de esperanças falsas, a crise se repõe, sempre mais profunda. Desenha-se, no tempo, uma trajetória de degradação. Hoje, estamos em pior situação do que estávamos há cinco anos, há dez, há quinze... Alguma coisa, que nunca foi mudada, mantém o país nesse atoleiro. O que será?

É o sistema de poder. Graças a ele, as elites sempre saem ganhando. Por isso, os defensores do projeto popular não pedem apenas alterações na política econômica. Defendem **uma terceira alternativa: alterar o sistema de poder que comanda o Brasil. E alterar a estrutura do poder econômico.** Que isso quer dizer?

Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir esses recursos e instituições a outros grupos sociais, o que, em nossa proposta popular, significa democratizá-los. A pergunta, então, passa a ser: o que precisaria ser rapidamente democratizado no Brasil, para

dar início a uma reorganização da sociedade, de forma a retirá-la da situação de crise? A nosso ver, quatro coisas:

(a) **Devemos democratizar a terra**, que é o principal recurso natural do país. É espantoso o grau de concentração: menos de 1% dos proprietários (que têm latifúndios de mais de mil hectares) controlam 44% da terra agricultável do país, enquanto 53% (que têm propriedades de menos de dez hectares) controlam menos de 3%. Não estão computados aí os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que se contam aos milhões. Bancos, empreiteiras e grandes grupos industriais, todos sem vocação agrícola, têm milhões de hectares. Essa alta concentração resulta em um baixo uso da terra: na média brasileira, estão ocupados com lavouras apenas 14% das áreas agricultáveis. Democratizar a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. E é também democratizar o poder, pois nas áreas rurais quem tem a terra tem o poder.

(b) **Devemos democratizar a riqueza**, especialmente, num primeiro momento, aquela que está sob a forma financeira, pois ela controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho. Também aqui, o nível de concentração é absurdo e crescente. A poupança financeira no Brasil é estimada em R\$ 350 bilhões. Apenas dez bancos controlam 72% dos ativos financeiros e 76% dos depósitos totais do país, e nos últimos anos os bancos estrangeiros aumentaram sua participação total no sistema de 14% para cerca de 45%. Desregulamentado e dominado por atividades especulativas, esse sistema poderoso e moderno não mobiliza recursos para o investimento produtivo, especialmente o de longo prazo, nem apóia as famílias, os trabalhadores ou as pequenas e médias

empresas. Funciona como parasita do desequilíbrio financeiro do setor público e contribui para deixar a economia mais vulnerável aos choques externos, dadas as suas crescentes ligações com o sistema internacional, incluindo os chamados “paraísos fiscais”. Para democratizar a riqueza, será preciso aumentar a oferta de financiamento aos investimentos produtivos prioritários e ampliar dramaticamente o acesso ao crédito. E, para defender a economia nacional, será preciso controlar toda movimentação de riqueza financeira. Ambas as necessidades exigem que o Estado nacional assuma o controle desse sistema.

(c) **Devemos democratizar a informação**, que, em nossa sociedade, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política. Em nível nacional, apenas seis grupos recebem quase 90% do faturamento dos meios de comunicação de massa. Na maior parte do Brasil, a situação mais comum é a de monopólios regionais que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda a comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação federal. A possibilidade de manipulação é total. Além disso, organizados como empresas capitalistas privadas, os meios de comunicação têm clientes, aos quais vendem um produto. Os clientes são outras empresas capitalistas desejosas de anunciar, e o produto vendido é a audiência. Estabelece-se assim uma concorrência que nivela a programação por baixo, empobrecendo notoriamente o conteúdo das mensagens transmitidas. A submissão dos meios de comunicação à lógica das mercadorias faz com que a informação, a política e a cultura se submetam crescentemente à mesma lógica. Para libertar o potencial criador, reestabelecer

autenticidade na comunicação, garantir o pluralismo e difundir valores positivos para a sociedade, a rede de rádios e televisões deve ser reorganizada na forma de um espaço público, sob controle da sociedade.

(d) **Devemos democratizar a cultura**, elemento decisivo na construção da cidadania. Cerca de 15% dos brasileiros com mais de quinze anos são analfabetos. Se, a eles, somarmos os chamados “analfabetos funcionais” — ou seja, pessoas que escrevem o próprio nome, soletram palavras, mas não conseguem escrever uma carta ou ler um pequeno artigo — chegaremos uma percentagem assustadora, talvez superior a 50%. O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior patrimônio de um povo é sua cultura. É a cultura que lhe permite expressar melhor conceitos e sentimentos, explorar as potencialidades de sua língua, formular idéias mais ricas, reconhecer sua identidade, exigir mais direitos, aumentar sua capacidade de organização, libertar-se da miséria, comunicar-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprender novas técnicas, ter acesso ao que de melhor a humanidade produz na ciência e na arte. O projeto popular não economizará esforços para eliminar a incultura. Transformará a disseminação do aprendizado em prioridade nacional, revitalizará a escola pública, devolverá dignidade ao ofício de ensinar, revalorizará nossas raízes e incrementará um processo intensivo de aprendizagem e difusão, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

XI.

Na década que se inicia, **a esquerda terá que optar entre dois posicionamentos fundamentais**. O primeiro é integrar-se à segunda alternativa a que nos referimos anteriormente (baseada na proposta de alteração da política econômica e na adoção de certas políticas sociais pelo Estado), tentando obter a maior influência possível dentro de uma ampla coligação que inclui a burguesia e, por extensão, conta com as simpatias da imprensa. É um caminho mais fácil e mais cômodo para quem quer “credenciar-se”, como está na moda dizer, a chegar ao governo. Considera-se, neste caso, que a crise brasileira é antes de tudo uma crise do Estado, devendo ser tratada e resolvida nesse âmbito.

O segundo posicionamento estratégico nos conduz a organizar uma alternativa popular, que recoloca na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder, realizar mudanças estruturais e questionar a herança (interna e externa) deixada pelos neoliberais. Considera-se, neste caso, que as raízes da crise estão na forma de organização da sociedade, e que a crise do Estado se subordina a uma crise maior, cuja superação é necessária para conseguirmos reverter a rota de degradação do país. Esta é a nossa opinião.

Ambas as posições não se excluem completamente: os “moderados” podem falar em reformas estruturais, e nós também defendemos alterações na política econômica. Mas a predominância de uma opção ou de outra demarca caminhos completamente diferentes. A principal diferença é a seguinte: se limitarmos nossa proposta a alterações nas políticas de governo,

estamos dando às elites a garantia de que seu sistema de poder não será atacado. Elas continuarão controlando os recursos mais importantes da sociedade. Poderão perder um pouquinho aqui e ali, numa ou noutra concessão. Mas, mantendo o controle da terra, da riqueza, da informação e da cultura, manterão a capacidade de organizar e comandar a vida social, conservar-se fortes e organizadas, reagir e, finalmente, vencer. Sempre foi assim na história do Brasil.

* * *

XII.

Surge aqui mais uma pergunta: estamos preparados para a nova fase da luta política, que se inicia, marcada pelas crises do nosso capitalismo dependente e da proposta neoliberal implantada nos últimos anos? Ou seja, **estamos preparados para construir um verdadeiro um projeto popular para o Brasil?** A resposta é não. Nos últimos quinze anos, três crises interligadas e profundas, de natureza ideológica, se difundiram amplamente na esquerda:

(a) **Há uma crise de valores.** Em vez de objetivos coletivos, carreiras individuais; em vez de humildade, estrelismo; em vez de coerência, objetivos de curto prazo; em vez de lealdade, esperteza. Grupos que compartilham esse tipo de valores tendem ao comodismo e se tornam incapazes de promover transformações profundas na sociedade. Oportunismo pessoal e oportunismo político sempre andam juntos.

(b) **Há uma crise da prática.** Militantes se transformam em burocratas, líderes se transformam em chefes de máquinas eleitorais ou sindicais. Distanciada do povo, a militância se torna uma rotina remunerada, inimiga da ousadia e da criatividade. Ora,

o Brasil só será transformado por obra de milhões de pessoas, que são o povo. O lugar do militante é, antes de tudo, junto do povo, compartilhando sua vida, sua cultura e suas esperanças, e trabalhando junto com ele para desenvolver suas melhores características, aquelas que fortalecem a mudança.

(c) **Há uma crise do pensamento.** Envolvidos em uma eleição parlamentar a cada dois anos e na permanente luta interna da própria esquerda, formamos dirigentes e militantes de visão curta, que consomem sua energia na ação para eleger candidatos e ganhar convenções. Tornaram-se incapazes de formular um pensamento abrangente, ao mesmo tempo generoso e radical, sobre o Brasil. Em vez da clareza, preferem a ambigüidade, sempre em busca de resultados imediatos na política do dia-a-dia. Lideranças com grande visibilidade contribuem ativamente para difundir o pragmatismo, elogiar o oportunismo, desqualificar o debate estratégico e sinalizar valores questionáveis para o povo e a militância.

A construção do projeto popular não se resume a um documento, uma tese. O projeto só existirá se unificar milhares de militantes cujos valores, cuja prática e cujo pensamento superem essas três crises. A tarefa da Consulta Popular é contribuir para isso, o que exige a construção de um tripé: a organização crescente dos lutadores e lutadoras do povo, o estímulo às lutas populares e a contínua formulação teórica, associada ao trabalho de formação política dos militantes.

* * *

XIII.

A Consulta Popular surgiu a partir de um grande debate realizado em fins de 1997. Que balanço podemos fazer da nossa prática desde então? Talvez possamos destacar cinco elementos principais, que contêm aspectos positivos e negativos.

(a) **Avançamos bastante na formulação política e teórica de um projeto alternativo para o Brasil.** Descobrimos que um projeto popular não é obra de intelectuais, nem se confunde com a preparação de programas eleitorais. Ele decorre do esforço coletivo de milhares de lutadores conscientes, que se mantêm junto do povo, sistematizam suas experiências e buscam apoio na história e na teoria para refletir melhor sobre elas.

A Consulta foi se concretizando como uma referência prática de militância — não só dentro da esquerda, mas na sociedade como um todo — no pensamento sobre a crise brasileira. Quando ouvirmos alguém dizer que a esquerda não tem alternativas para o país, podemos responder sem vacilar: “Alto lá! Isso talvez valha para a esquerda que só pensa em eleições e em lutas internas. Não vale para nós.” Temos estudado os clássicos do pensamento social brasileiro, como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Caio Prado, Darcy Ribeiro e Celso Furtado, entre outros. Temos acompanhado a evolução do Brasil contemporâneo, com análises sistemáticas de conjuntura. Nosso livro *A opção brasileira* caminha para atingir a marca de 20 mil exemplares vendidos e vem despertando interesse crescente na militância, nas universidades e em outras instituições.

O aspecto negativo, sob esse primeiro ponto de vista, é que ainda não conseguimos generalizar essa formulação para o conjunto da base militante. Esse é um desafio essencial, pois não contamos com redes de comunicação de massas, espaços

generosos na imprensa, dinheiro ou outras facilidades. Dependemos de nossa própria disposição para a luta e nossa capacidade de trabalho. Cada militante da Consulta precisa ser um multiplicador do projeto popular. Isso não quer dizer que todos tenham que dominar certos detalhes técnicos que só estão ao alcance de especialistas. Mas têm que conhecer bem as bases do projeto, o sentido da proposta, as idéias centrais. Quanto a isso, temos muito a melhorar.

(b) Um segundo ponto positivo da Consulta, associado ao primeiro, tem sido a capacidade de **produzir materiais adequados ao trabalho de base**. Além do livro *A opção brasileira*, já citado, elaboramos diversas cartilhas e outros tantos vídeos sobre temas nacionais relevantes: desemprego, reforma agrária, Plano Real, dívida externa, etc. Alguns desses materiais têm sido reproduzidos por movimentos sociais e professores, para serem usados em cursos de formação ou salas de aula. Além disso, a editora Expressão Popular vem lançando livros importantes, entre os quais diversos clássicos.

Nesse aspecto, ainda podemos melhorar em duas frentes. Primeiro, aumentando o uso do material. Cada núcleo ou brigada da Consulta deve ter consigo pelo menos uma cópia de todos os vídeos e certo número de todas as cartilhas e livros. Não é caro demais, e é valioso para o trabalho de base. Por exemplo: uma programação que inclua a exibição de um vídeo a cada quinze dias, regularmente, em local determinado, seguida de debate sobre o tema, pode agrupar os lutadores do povo de uma localidade e atrair novas pessoas.

(c) Um terceiro ponto positivo da Consulta é sua **presença praticamente nacional**. Não é fácil obter isso em tão pouco tempo, em um país grande e diversificado. Nossas reuniões, plenárias e cursos reúnem lutadores de todo o Brasil e de muitos movimentos, da cidade e do campo, que assim se conhecem melhor. Em recente curso de formação de formadores, em Ibirité (MG), tínhamos gente de 23 estados e de 55 movimentos. Na Marcha Popular pelo Brasil, que levou a pé 1.100 companheiros do Rio a Brasília, a situação foi a mesma. Já somos milhares de militantes, quase todos diretamente ligados a movimentos populares, o que faz com que a Consulta permaneça perto deles. Além disso, temos dialogado sistematicamente com alguns dos melhores intelectuais do país.

Em que podemos melhorar, quanto a isso?

Primeiro: nossa organicidade é desigual; vários estados precisam apressar o passo. Atarefados em seus movimentos, muitos de nossos companheiros ainda não dedicam tempo suficiente à construção da Consulta. É um erro: em cada lugar, temos que contar com pessoas dedicadas a isso.

Segundo: ainda há muitos lutadores e lutadoras do povo, em toda parte, de muitos movimentos que não conhecem a nossa proposta; precisamos estender as mãos para eles. Devemos aumentar a visibilidade da Consulta, sem que isso signifique buscar os holofotes da mídia.

Terceiro: embora a maior parte da população do Brasil seja urbana, as organizações do campo têm demonstrado maior capacidade de mobilização; temos que debater mais sobre a luta nas cidades.

(d) Outro ponto positivo da Consulta é que, nesses pouco mais de dois anos de existência, **temos conseguido trabalhar sempre em um ambiente fraterno**. Em vez de nos dividir em tendências, disputas, mantemos a unidade — como sempre fizeram as organizações vocacionadas para a luta —, de modo que nossa energia não fica desperdiçada em disputas internas. Confiamos na capacidade de ouvir o companheiro e construir juntos a longa caminhada.

Nossos militantes e dirigentes sabem que precisam manter um moral elevado e uma postura correta. Nunca nos preocupamos em escrever regras formais de funcionamento (quanto menor é a coerência e a unidade ideológica de uma organização, maior quantidade de regras formais ela precisa ter; regras, aliás, que só servem para serem fraudadas).

Cultivamos a memória: na mística, revivemos os valores fundamentais; nas homenagens, lembramos os lutadores e lutadoras que já nos deixaram; na poesia e na música estão sempre presentes os nossos compromissos com o povo.

São sinais de vitalidade. Por isso, Consulta tem-se transformado em uma esperança para muitos militantes cansados das práticas viciadas que predominam na esquerda. Mas, também nesse aspecto, temos fraquezas. Uma delas é evidente: nossa estrutura material é fraca. Nenhuma proposta prospera se não dispuser de base material. Não podemos ser eternamente uma esperança. Temos que nos transformar em uma força. Para isso, ainda falta desenvolvermos uma metodologia de trabalho que seja aplicável — de forma criativa — Brasil afora. Os núcleos e brigadas da Consulta devem multiplicar-se como cogumelos depois da chuva, brotando em toda parte, sem esperar ou depender de

grandes estruturas dirigentes (nacional ou mesmo estadual) que centralizem, planejem e organizem tudo. Nossas referências podem ser pequenas salas em uma paróquia, um sindicato, um movimento, onde os lutadores do povo se encontrem para debater o projeto popular e organizar sua ação. Além disso, as comissões nacional, estaduais e municipais devem definir projetos prioritários de trabalho, que tenham potencial multiplicador, como por exemplo a formação de militantes, o melhor uso das estações de rádio e televisão às quais temos acesso, a preparação e difusão de material para o trabalho de base, etc.

* * *

XIV.

Não nos esqueçamos: **a Consulta é um meio, não um fim**. O motivo de sua existência não é criar mais uma estrutura de poder, voltada para alimentar uma nova burocracia. Ela existe para apoiar o trabalho dos militantes. Fazer com que eles não se sintam isolados. Integrá-los em um projeto nacional. Difundir material de boa qualidade. Numa palavra, torná-los militantes melhores. Mas, só conseguiremos enfrentar as dificuldades objetivas para levar o trabalho adiante, se reconhecermos a existência de outros tipos de fraqueza, que são subjetivas. Apontaremos duas.

A primeira é que muitos companheiros ainda se sentem inseguros em desfraldar a bandeira da Consulta. Parecem intimidados com acusações de todo tipo que se fazem contra nós: a Consulta “é um novo partido”, é “nacionalista”, “é divisionista”, etc. É natural que surjam críticas, e muitas delas são honestas.

Podem conter elementos verdadeiros, os quais não devemos ignorar. Não somos donos da verdade.

Mas, no essencial, essas críticas estão erradas. A Consulta tem sido muito criticada, antes de mais nada, porque ameaça a rotina estabelecida dentro da esquerda, centrada em disputas de eleições parlamentares, organização de tendências para a luta interna e realização de congressos em que se debatem palavras de ordem. Uma rotina que — todos sabem — não vai mudar o Brasil. A esquerda brasileira parece ter se acostumado a essa situação.

Do ponto de vista da prática, a Consulta, ao afirmar a necessidade e a possibilidade de construir um projeto popular — e assumir isso como uma tarefa para hoje —, chama as pessoas para uma militância que exige mais seriedade e mais dedicação. Do ponto de vista das posições políticas, não nos alinhamos nem com aqueles que querem ser “amplos” (e por isso perdem a radicalidade necessária) nem com aqueles que querem ser “radicais” (e em nome disso apenas repetem doutrinas que leram em alguns manuais). Não queremos jogar fora a bandeira da transformação profunda da sociedade brasileira, como muitos fazem; mas tampouco entramos em um campeonato de radicalismo, colocando a retórica e a doutrina acima da nossa capacidade de ver, julgar e agir.

Queremos contribuir para construir as bases ideológicas, políticas, organizativas e sociais de uma esquerda brasileira que esteja em profunda ligação com o povo, respeitando seus ritmos, compartilhando suas formas de vida, compreendendo suas formas de pensar — numa palavra, sendo parte dele.

* * *

XV.

A Consulta é uma experiência que não segue um modelo tradicional. É difícil de ser classificada. Se formássemos mais uma tendência dentro de um partido de esquerda já existente, como tem sido proposto por alguns companheiros, seríamos aceitos com facilidade. Por que não fazemos isso? Porque o ambiente que predomina nesses partidos não permite que se avance por esse caminho. **A refundação dos valores, da prática e do pensamento, deve ser a nossa principal tarefa dentro da esquerda.** A luta interna exacerbada, o apego aos cargos e o carreirismo desenfreado são uma máquina de *deformar* — não de formar — militantes. Na maioria dos estados e regiões, infelizmente, é um processo sem retorno. A luta interna de hoje é filha da luta interna de ontem e prepara a luta interna de amanhã, num moto perpétuo do qual não se consegue escapar, a não ser fazendo-se uma ruptura com ele. Uma ruptura necessária, pois a sociedade brasileira, que vive uma crise de dimensões históricas, não vai esperar a esquerda resolver suas querelas.

Então, por que não formamos um partido? Porque não confundimos a refundação, a que nos referimos, com criação de uma nova sigla, ou com um evento qualquer. Esse seria um caminho fácil. E inútil. Para nós, a refundação está ligada ao avanço daqueles *conteúdos* que já definimos, e esse avanço só pode compreendido como um *processo* que envolva gradativamente milhares de pessoas, enriquecendo-se com sua contribuição. Trata-se de reconstruir uma rede de militância com capacidade política, intelectual e moral de construir um novo

projeto. Não é obra de um grupo. Não se faz do dia para a noite, com atalhos e milagres, ou com espertezas que encurtem o caminho. Tampouco há um projeto pronto, ou uma forma final predefinida. A Consulta, como o nome diz, terá que ser uma criação coletiva.

Apressar artificialmente o crescimento da Consulta, antes de suas propostas amadurecerem na consciência de milhares de militantes, poderia colocar todo o processo em risco. A qualidade de uma proposta depende, antes de tudo, da qualidade das pessoas que a levam adiante. Quanto a conduzi-la ao terreno da disputa eleitoral, isso seria reproduzir o caminho que destruiu outras propostas que, na origem, eram tão generosas como a nossa.

Criticar é fácil. Construir algo novo é muito mais difícil. Exige perseverança, moral elevado, confiança, junto com reflexão constante, humildade, capacidade de autocrítica. A Consulta não existe para falar mal dos outros, nem para enfraquecer organizações, nem para capturar militantes. Não precisa nem deve fazer isso: sua própria existência já é uma crítica suficientemente forte. Se as estruturas mais consolidadas e que contam com muito mais recursos funcionassem bem, a Consulta não precisaria existir.

Se é verdade que não existimos para criticar, tampouco nos deixamos intimidar: temos orgulho de construir a Consulta Popular. E dizemos em alto e bom som: são bem-vindos a ela todos os lutadores e lutadoras do povo que quiserem somar-se ao esforço de refundação de valores, prática e pensamento; que levarem a sério a construção de um projeto popular para o Brasil; que valorizarem o trabalho de base; que respeitem a dignidade da militância.

* * *

XVI.

Cada realidade estadual tem suas necessidades organizativas e de lutas de massa. A capacidade criativa dos militantes é descobrir a melhor forma de resolvê-las. A seguir, sintetizamos um esboço de programa de trabalho

- (a) que todos os estados completem uma estruturação orgânica mínima, com liberação de companheiros para as tarefas específicas da Consulta;
- (b) que se abra um debate nacional, a ser consolidado em um encontro específico de militantes, sobre metodologia de trabalho da Consulta Popular;
- (c) que se multipliquem os cursos de formação, com ênfase na difusão do Projeto Popular para o Brasil e em seus temas correlatos (a contribuição dos nossos maiores estudiosos, a formação do povo brasileiro, história de suas lutas, impasses e potencialidades do Brasil, etc.)
- (d) que se amplie a rede de comunicação, com a realização de um encontro específico de militantes ligados a rádios e televisões comunitárias, para troca de experiências e adoção de planos integrados de trabalho;
- (e) que todos os militantes se mobilizem para as campanhas nacionais previstas, como por exemplo a do plebiscito da dívida externa;
- (f) que se realizem, ainda este ano, encontros regionais e estaduais de lutadores e lutadoras do povo, preparatórios para um grande encontro nacional com o tema “Destinos do Brasil”;

- (g) que as brigadas se multipliquem como cogumelos depois da chuva, buscando integrar a ação e a reflexão dos lutadores e lutadoras do povo em cada bairro, município, região ou setor;
- (h) que novos lutadores e lutadoras do povo sejam chamados a conhecer a proposta da Consulta.
- (i) que cultivemos os novos valores, mantendo a relação respeitosa entre nós, sem divisões internas, sem facções, sem estrelismos.

Cabe aqui um destaque: uma das tarefas fundamentais do próximo período é intensificar a construção de coletivos de base, que reúnam os lutadores e lutadoras do povo de um mesmo bairro, região ou município. Esses companheiros são os multiplicadores do projeto popular. Formar uma forte rede de lutadores, espalhada por todo o Brasil, é o centro da nossa proposta de trabalho. Lutadores do povo de uma mesma região e de diversos movimentos, agindo juntos em nome de um projeto nacional que os unifica — eis a Consulta Popular em ação. A rede deve facilitar ações coletivas, intercâmbio de experiências e debates permanentes. Assim já nasceram marchas e caravanas estaduais, assembléias nacionais e lutas comuns.

Tarefas não faltam. Nos próximos meses, estaremos multiplicando as comissões do plebiscito sobre a dívida externa, apoiando a mobilização dos trabalhadores rurais prevista para julho, organizando o Grito dos Excluídos de 7 de setembro, participando do Grito Latino-Americano em 12 de outubro, debatendo com o povo durante o processo eleitoral — sem falar em inúmeros outros eventos e mobilizações que marcarão a agenda de lutas contra os podres poderes que controlam o Brasil.

* * *

XVII.

Muitos acham que nenhuma mudança profunda ocorrerá, pois a desesperança e a falta de projeto já se espalharam por todo o país. Estão enganados. Este é o maior sintoma de que a mudança se aproxima. A dominação das elites só é forte quando elas conseguem dar esperanças às pessoas e organizar o projeto da sociedade. Quando elas falham, quando estão em crise, quando já não podem mais continuar dominando, as esperanças e os projetos se frustram, dando lugar, num primeiro momento, a uma crise geral de desesperança. Essa crise, esse vazio, essa perda são condição necessária para que uma nova esperança possa nascer, um novo projeto possa vingar.

Nenhuma pessoa, nenhuma família, nenhum grupo, nenhuma sociedade podem viver muito tempo sem ter esperança e projeto, que fazem parte da nossa condição humana, necessariamente aberta ao futuro. Se a elite não pode oferecer mais nada disso, sejamos nós os semeadores. A colheita virá.